

Banco Hyundai Capital Brasil S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. (Banco Hyundai) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Mercado de Atuação
O Banco Hyundai Capital Brasil S.A. (Banco Hyundai) constituído na forma de sociedade anônima, opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 31 de dezembro de 2024 o lucro líquido apresentado no acumulado do período foi de R\$ 119 milhões, aumento de 32% em comparação ao mesmo período acumulado do ano anterior. O patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 645 milhões.

Ativos e Passivos
Em 31 de dezembro de 2024, o total do ativo atingiu R\$ 7.005 milhões, destacando-se R\$ 4.677 milhões por Operações de Créditos Líquidas das Provisões

para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito. No Passivo, destaca-se em Captações o valor de R\$ 6.188 milhões por Depósitos.

Auditoria Independente
A política de atuação do Banco Hyundai na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

O Banco Hyundai informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

Ademais, o Banco Hyundai confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 27 de março de 2025.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Notas Explicativas	Notas		
		31/12/2024	31/12/2023	
Ativo Circulante e Não Circulante		7.005.067	5.549.494	
Disponibilidades	4 & 14.d	54.635	87.255	
Instrumentos Financeiros		6.938.259	5.471.561	
Títulos e Valores Mobiliários		2.156.529	-	
Operações de Crédito	6	4.781.730	5.471.561	
(Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)		(104.474)	(113.350)	
Outros Ativos	6.e	21.478	3.574	
Ativos Fiscais	7	80.377	84.962	
Correntes		116	73	
Diferidos		80.261	84.889	
Imobilizado de Uso	8	388	361	
Outras Imobilizações de Uso		496	422	
(Depreciações Acumuladas)		(108)	(61)	
Intangível	9	14.404	15.131	
Outros Ativos Intangíveis		38.509	33.674	
(Amortizações Acumuladas)		(24.105)	(18.543)	
Total do Ativo		7.005.067	5.549.494	

	Notas Explicativas	Notas		
		31/12/2024	31/12/2023	
Passivo Circulante e Não Circulante		6.359.854	5.022.370	
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		6.190.664	4.889.851	
Depósitos	10.a	6.188.356	4.887.959	
Outros Passivos Financeiros	10.b	2.328	1.892	
Outros Passivos	11	103.663	62.533	
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis	12.b	1.248	1.176	
Outras Provisões		10.588	10.903	
Diversos		91.827	50.454	
Passivos Fiscais	7.b	65.507	69.986	
Correntes		65.507	69.986	
Patrimônio Líquido	13	645.213	527.124	
Capital Social		300.000	300.000	
Reservas de Lucros		345.213	227.124	
Total do Patrimônio Líquido		645.213	527.124	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		7.005.067	5.549.494	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reservas Estatutárias			
Saldos em 31 de dezembro de 2022		300.000	6.914	130.702	-	-	437.616
Reversão de Dividendos	13.b	-	-	-	-	660	660
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	90.466	90.466
Destinações:							
Reserva Legal	13.c	-	4.523	-	-	(4.523)	-
Dividendos Mínimos	13.b	-	-	-	-	(1.618)	(1.618)
Reservas para Equalização de Dividendos	13.c	-	-	42.493	-	(42.493)	-
Reservas para Reforço de Capital de Giro	13.c	-	-	42.492	-	(42.492)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		300.000	11.437	215.687	-	-	527.124
Mutações no Exercício		-	4.523	84.985	-	-	89.508
Saldos em 31 de dezembro de 2023		300.000	11.437	215.687	-	-	527.124
Reversão de Dividendos	13.b	-	-	713	-	-	713
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	118.561	118.561
Destinações:							
Reserva Legal	13.c	-	5.928	-	-	(5.928)	-
Dividendos Mínimos	13.b	-	-	-	-	(1.185)	(1.185)
Reservas para Equalização de Dividendos	13.c	-	-	55.724	-	(55.724)	-
Reservas para Reforço de Capital de Giro	13.c	-	-	55.724	-	(55.724)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		300.000	17.365	327.848	-	-	645.213
Mutações no Exercício		-	5.928	112.161	-	-	118.089
Saldos em 30 de junho de 2024		300.000	14.202	268.942	-	-	583.144
Reversão de Dividendos	13.b	-	-	713	-	-	713
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	63.254	63.254
Destinações:							
Reserva Legal	13.c	-	3.163	-	-	(3.163)	-
Dividendos Mínimos	13.b	-	-	-	-	(1.185)	(1.185)
Reservas para Equalização de Dividendos	13.c	-	-	29.097	-	(29.097)	-
Reservas para Reforço de Capital de Giro	13.c	-	-	29.096	-	(29.096)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		300.000	17.365	327.848	-	-	645.213
Mutações no Semestre		-	3.163	58.906	-	-	62.069

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
1. Contexto Operacional	O Banco Hyundai Capital Brasil S.A. (Banco Hyundai) constituído na forma de sociedade anônima, opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil. As operações do Banco Hyundai são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.			
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras	a) Apresentação das Demonstrações Financeiras As demonstrações financeiras do Banco Hyundai foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, passivos contingentes e o valor justo dos ativos financeiros. O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, na reunião realizada em 27 de março de 2025. b) Novas normas emitidas com vigência futura As normas e interpretações relacionadas abaixo, aplicáveis ao Banco Hyundai, entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. 1 - Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas A Resolução CMN nº 4.966/2021, e atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.100/2023 e demais normativos vinculados, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. As principais mudanças referem-se: à classificação de instrumentos financeiros; ao reconhecimento de juros em caso de atraso; ao reconhecimento da taxa efetiva de juros contratual; à baixa a prejuízo e; ao reconhecimento da provisão com base na perda esperada e classificação das operações com problemas de crédito. A adoção da referida normativa será aplicada prospectivamente e as diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes de sua adoção serão reconhecidas em conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos impactos fiscais. Os principais impactos estimados (antes dos efeitos fiscais) da adoção inicial desta Resolução e correlatas são: 1. Efeitos da alteração de categorias - refletem os impactos da remensuração decorrentes de reclassificação entre as categorias, conforme art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021. Não são esperados efeitos de alterações de categorias decorrentes da adoção da Resolução nº 4.966/2021. 2. Efeitos esperados da adoção do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (art. 40 da Resolução CMN nº 4.966/2021) - O Banco Hyundai estima um incremento da provisão de aproximadamente R\$ 13,5 milhões (equivalente a um aumento de, aproximadamente, 13% sobre o saldo da provisão existente em 31 de dezembro de 2024), que inclui provisão mínima requerida, provisão adicional, além das provisões para títulos e garantias financeiras prestadas. Para fins de mensuração, foram considerados os seguintes parâmetros: I - A probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, considerando o prazo esperado do instrumento financeiro, bem como a situação econômica corrente e provisões razoáveis e justificáveis de eventuais alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento, durante o seu prazo esperado, inclusive em virtude da existência de eventuais garantias ou colaterais vinculados ao instrumento financeiro. II - A expectativa de recuperação do instrumento financeiro, considerando os custos de recuperação do instrumento, as características de eventuais garantias ou colaterais, tais como modalidade, liquidez e valor presente provável de realização, as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares, dentre outros. III - Provisão para perdas incorridas associadas ao risco de créditos para os ativos financeiros inadimplidos, conforme art.76 da Resolução BCB nº 352/2023, aplicando-se os percentuais definidos no Anexo II desta Resolução, observando o período de atraso. O efeito da adoção inicial do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito será reconhecido no patrimônio líquido pelo valor de R\$ 7,5 milhões, após os efeitos tributários. 3. Quanto aos aspectos fiscais relacionados à aplicação dos critérios contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021, a Lei nº 14.467/2022 (com as alterações da Lei nº 15.078/2024) estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, independentemente da data da sua contratação e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial. A dedução fiscal estabelecida deverá observar a perda incorrida segundo os percentuais estabelecidos com base no período de inadimplimento. A partir do mês de janeiro de 2026, as perdas apuradas sobre os créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, ainda não deduzidas fiscalmente até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, sendo permitido ainda que as instituições optem, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretratável, por fazer as deduções à razão de 1/120 ao mês. Os efeitos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/2022 estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários e passivos fiscais diferidos, demonstrados na Nota 7.b.2. 4. Demais mudanças na adoção inicial como a aplicação da taxa efetiva de juros e a remensuração de ativos financeiros que estavam em stop accrual em 31 de dezembro de 2024 não terão impactos, pois sua aplicação será prospectiva. II - Resolução CMN nº 4.975/2021 e atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.101/2023 Estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banco Hyundai adotará de forma prospectiva a aplicação da referida norma, conforme § 5º da referida Resolução, para os contratos a serem celebrados a partir de janeiro de 2025 c) Moeda Funcional e de Apresentação As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Hyundai. 3. Principais Políticas Contábeis a) Apuração do Resultado O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, por rata dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço. b) Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados por rata dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001. c) Caixa e Equivalentes de Caixa Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias. d) Títulos e Valores Mobiliários Conforme Circular Bacen nº 3.068/2001, a carteira de títulos e valores mobiliários é classificada nas seguintes categorias: I - Títulos para negociação, onde são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida ao resultado do período; II - Títulos disponíveis para venda, onde são registrados os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, mas não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido. Os ajustes ao valor de mercado, quando realizados, são transferidos para o resultado do período; e III - títulos mantidos até o vencimento, onde são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos. As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período. e) Carteira de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil e de investimento. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados por rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. Normalmente, o Banco Hyundai efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança. As cessões de crédito sem retenção de riscos passam a ser ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização. As cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999. f) Despesas Antecipadas As contabilizações de aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos. f.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários Conforme Resolução CMN nº 4.935/2021 e Circular Bacen nº 3.693/2013, as comissões pagas aos agentes intermediadores da origemação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade. As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas. g) Imobilizado de uso É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais. A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4% e instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%. h) Intangível Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos. i) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias. j) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais O Banco Hyundai é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros. As provisões são constituídas quando o risco de perda for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos em que o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 13.g) e para os processos cujo risco de perda é provável não é efetuada qualquer divulgação. Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Hyundai, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas. k) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, é de 20% nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103/2019. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 8.a.2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico. l) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso. m) Estimativas Contábeis Na aplicação das políticas contábeis da companhia, a Administração deve exercer julgamentos e realizar estimativas sobre os valores contábeis de ativo e passivo, receitas e despesas dos períodos futuros. As estimativas e premissas relacionadas baseiam-se na experiência histórica nos fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas, sendo quantificadas as estimativas e divulgadas em notas explicativas. n) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 19. 			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Notas Explicativas	Notas		
		01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Receitas da Intermediação Financeira		530.806	1.013.111	889.279
Operações de Crédito		481.125	960.908	881.441
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5.b	49.681	52.203	7.838
Despesas da Intermediação Financeira		(340.186)	(641.972)	(576.102)
Operações de Captação no Mercado	10.c	(321.802)	(595.321)	(507.526)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6.e	(18.384)	(46.651)	(68.576)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		190.620	371.139	313.177
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(75.863)	(152.486)	(144.989)
Receitas de Prestação de Serviços	15	3.823	7.190	4.459
Receitas de Tarifas Bancárias		20.717	38.958	35.023
Despesas de Pessoal	16	(16.593)	(27.238)	(26.990)
Outras Despesas Administrativas	17	(22.059)	(38.018)	(35.329)
Despesas Tributárias	7.d	(12.352)	(24.416)	(22.175)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	18	(49.399)	(108.917)	(90.977)
Resultado Operacional		114.757	218.653	168.188
Resultado não Operacional		34	(18)	(25)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		114.791	218.635	168.163
Imposto de Renda e Contribuição Social	7.c	(50.609)	(95.353)	(73.324)
Provisão para Imposto de Renda		(24.617)	(50.018)	(51.411)
Provisão para Contribuição Social				

Banco Hyundai Capital Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nível de Risco	31/12/2023					
	% Provisão	Minima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal	Carteira Total	Provisão Total
AA	-	-	696.147	-	696.147	-
A	0,5 %	2.607.881	-	-	2.607.881	13.039
B	1 %	1.797.552	68.127	1.865.679	18.657	18.657
C	3 %	110.809	52.483	163.292	4.899	4.899
D	10 %	21.249	23.272	44.521	4.452	4.452
E	30 %	4.423	14.409	18.832	5.650	5.650
F	50 %	2.386	8.741	11.127	5.564	5.564
G	70 %	2.150	7.828	9.978	6.985	6.985
H	100 %	13.055	41.049	54.104	54.104	54.104
Total		5.255.652	215.909	5.471.561	113.350	63.385
Circulante						49.965
Não Circulante						13.350

(1) Inclui parcelas vencidas e vencidas.

e) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Saldo Inicial	113.350	104.381
Constituições (Reversões)	46.651	68.576
Baixas	(55.527)	(59.607)
Saldo Final	104.474	113.350
Créditos Recuperados	11.555	4.662

	31/12/2024	31/12/2023
Créditos Renegociados (1)	146.141	159.223
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(37.059)	(45.816)
Percentual de cobertura sobre a carteira de renegociação	25,4 %	28,6 %

(1) Foram consideradas operações para as quais ocorreram contratação de acordos, em atraso a partir de 30 dias.

7. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos Fiscais Diferidos	80.261	84.889
Impostos a Recuperar - Imposto de Renda e Contribuição Social	116	-
Total	80.377	84.962
Não Circulante	80.377	84.962

a.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	31/12/2024					Saldo em 31/12/2024
	Origens	Saldo em 31/12/2023	Consti- tuição	Reali- zação	Saldo em 31/12/2023	
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	167.098	178.147	80.168	20.993	(25.965)	75.196
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	353	166	74	379	(295)	158
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	324	459	207	90	(150)	147
Participação no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	10.169	10.165	2.805	50	-	2.855
Outras Provisões Temporárias	4.238	3.635	1.635	5.680	(5.410)	1.905
Saldo Total dos Ativos Fiscais Diferidos	182.182	192.572	84.889	27.192	(31.820)	80.261

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Banco Hyundai não possui ativos fiscais diferidos não ativados.

O registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis do Banco Hyundai foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15.

a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano	31/12/2024		
	Diferenças Temporárias	IPR-J	CSLL
2025	3.729	3.442	7.171
2026	8.156	6.984	15.140
2027	5.650	4.978	10.628
2028	5.268	4.214	9.482
2029	5.268	4.214	9.482
2030 a 2034	15.755	12.603	28.358
Total	43.826	36.435	80.261

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

Com base na Resolução CMN nº 4.818/2020 e na Resolução BCB nº 2/2020, os ativos fiscais diferidos devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

a.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente total dos ativos fiscais diferidos e do valor registrado é de R\$ 59.163 (31/12/2023 - R\$ 71.549) calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais, contribuição social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

b) Passivos Fiscais Correntes

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	61.738	66.650
Impostos e Contribuições a Pagar	3.769	3.336
Total	65.507	69.986
Circulante	65.507	69.986

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	218.635	168.163
Participações no Lucro (1)	(4.721)	(4.373)
Resultado antes dos Impostos	213.914	163.790
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, respectivamente	(96.261)	(73.705)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(300)	(943)
Demais Ajustes	1.208	562
Imposto de Renda e Contribuição Social	(95.353)	(73.324)
d) Despesas Tributárias	(95.353)	(73.324)

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Despesa com Cofins	18.999	17.327
Despesa com ISS	2.307	1.973
Despesa com PIS	3.087	2.816
Outras	68	59
Total	24.461	22.175

8. Imobilizado de Uso

Composto por instalações, móveis e equipamentos de uso.

9. Intangível

Composição	31/12/2024				31/12/2023			
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	38.509	(24.105)	14.404	15.131	38.509	(24.105)	14.404	15.131
Total	38.509	(24.105)	14.404	15.131	38.509	(24.105)	14.404	15.131

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Saldo Inicial	33.674	15.131
Adição	4.835	4.835
Amortização	(5.562)	(5.833)
Saldo Final	38.509	14.404

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

10. Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros

a) Depósitos

	Sem Vencimento			Até 3 Meses			De 3 a 12 Meses			Acima de 12 Meses		
	3 Meses	12 Meses	31/12/2024	3 Meses	12 Meses	31/12/2024	3 Meses	12 Meses	31/12/2024	3 Meses	12 Meses	31/12/2023
Depósitos à Vista	761	-	761	-	-	-	-	-	-	-	-	761
Depósitos Interfinanceiros	-	2.011.308	1.756.962	2.419.325	-	6.187.595	4.887.415	-	6.188.356	4.887.959	-	6.187.595
Total	761	2.011.308	1.756.962	2.419.325	6.188.356	4.887.959	3.769.031	2.601.225	2.419.325	2.601.225	6.188.356	4.887.959
Circulante												
Não Circulante												

b) Outros Passivos Financeiros

	31/12/2024	31/12/2023
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.328	1.892
Total	2.328	1.892
Circulante	2.328	1.892
c) Abertura de Contas de Resultado		
Despesas com Depósitos Interfinanceiros	595.321	507.526
Total	595.321	507.526

11. Outros Passivos

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para Pagamentos a Efetuar	10.438	10.656
Despesas de Pessoal	150	247
Outros Pagamentos	1.334	2.041
Cretores Diversos - Contas a Pagar	1.248	1.176
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 12.b)	2.183	3.204
Seguro Prestamista	1.487	894
Valores a Pagar - Aymoré CFI (Nota 14.d)	79.253	37.322
Subsídios de Taxas de Juros	2.373	2.608
Sociais e Estatutárias	5.197	4.385
Outros	103.663	62.533
Total	92.494	50.859
Circulante	92.494	50.859
Não Circulante	11.169	11.674

12. Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.3).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos por Natureza

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 12.c)	896	1.010
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 12.c)	352	166
Total	1.248	1.176

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos

	01/01 a 31/12/2024		01/01 a 31/12/2023	
	Trabalhistas	Cíveis	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	1.010	166	2	87
Constituição Líquida de Reversão	(163)	1.816	440	597
Atualização Monetária (1)	27	8	18	-
Baixas por Pagamento	-	(1.638)	-	(518)
Outros (2)	22	-	550	-
Saldo Final	896	352	1.010	166
Depósitos em Garantia - Outros Créditos (3)	-	44	-	-

(1) Contabilizados em outras receitas (despesas) operacionais.

(2) Refere-se ao valor de um processo que parte é Aymoré CFI e parte é Banco Hyundai.

(3) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos às contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais. Contabilizados em outras receitas (despesas) operacionais.

d) Provisões Trabalhistas e Cíveis

O Banco Hyundai é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda do Banco Hyundai com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Hyundai tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista e Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários; (2) ações decorrentes de contratos de financiamento; (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. As ações são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

g) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados. Não houve ações com classificação de perda possível em 31 de dezembro de 2024 (31/12/2023 - R\$ 8).

13. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, é composto por 300.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, domiciliados no país e no exterior.

b) Dividendos

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

Em Ata de Reunião do Conselho de Administração de 24 de março de 2023, foi aprovado a proposta da Administração para a não distribuição do dividendo mínimo obrigatório provisionado em 31 de dezembro de 2022, o qual foi revertido ao Patrimônio Líquido.

Em 31 de dezembro de 2023, foram destacados dividendos no valor de R\$ 1.618 (R\$ 0,005393 por ação ordinária). Em 29 de abril de 2024, o destaque de dividendos foi submetido à aprovação do Conselho de Administração, onde foi aprovado o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 905, pagos em 29 de maio de 2024 e, o excesso de R\$ 713 foi revertido ao Patrimônio Líquido da Companhia.

Em 3 de dezembro de 2024, foram destacados dividendos no valor de R\$ 1.185 (R\$ 0,003950 por ação ordinária), cujo pagamento será realizado conforme deliberação em Assembleia Geral ad referendum.

c) Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, será destinado 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações do Banco Hyundai e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

O excesso de reservas de lucros identificado em 31 de dezembro de 2024 será destinado ao longo do exercício de 2025, assim readequando os limites das reservas de lucros acumuladas.

14. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco Hyundai realizada em 29 de abril de 2024, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2024, no valor máximo de R\$ 10.000.

a.1) Benefícios

A tabela a seguir demonstra os salários da Diretoria: